



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**MARILEIDE LÚCIO DE AZEVEDO**

**CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO  
DA INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA UNIDADE DE  
ENSINO AFONSO MANOEL DA SILVA – SÃO BENTO-PB**

**SÃO BENTO-PB  
2022**

MARILEIDE LÚCIO DE AZEVEDO

**CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO  
DA INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA UNIDADE DE  
ENSINO AFONSO MANOEL DA SILVA – SÃO BENTO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Área de concentração: Políticas Públicas.

**Orientador:** Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda

**SÃO BENTO-PB  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A994c Azevedo, Marileide Lúcio de.

Contribuições das políticas públicas educacionais no contexto da inclusão escolar de pessoas com deficiência na unidade de ensino Afonso Manoel da Silva – São Bento-Pb [manuscrito] / Marileide Lúcio de Azevedo. - 2022.

42 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância , 2022.

"Orientação : Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda , Departamento de Filosofia e Ciências Sociais - CEDUC."

1. Políticas públicas. 2. Pessoas com deficiência. 3. Inclusão social. I. Título

21. ed. CDD 320.6

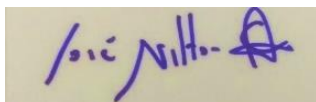
MARILEIDE LÚCIO DE AZEVEDO

CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO  
CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA  
UNIDADE DE ENSINO AFONSO MANOEL DA SILVA – SÃO BENTO-PB

Trabalho de Conclusão de Curso  
(Monografia) apresentado ao Curso  
de Pós-graduação em Gestão  
Pública Municipal da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de  
Especialista em Gestão Pública  
Municipal.

Aprovada em: 30/11/2022.

**BANCA EXAMINADORA**



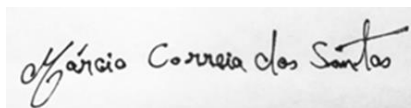
---

Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Dr. Julio Cesar Kesting (Examinador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Ms. Márcio Correia dos Santos (Examinador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições das políticas públicas educacionais de inclusão implementadas na escola Afonso Manoel da Silva, localizada no município de São Bento, PB. Para tanto, foi realizado um levantamento de literatura objetivando apresentar abordagens defendidas por diferentes autores, bem como uma pesquisa de campo, na qual foi aplicado um questionário destinado a 7 (sete) professores que atuam na referida instituição com a finalidade de obter informações sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiência. As informações e dados fornecidos pelos sujeitos da pesquisa foram analisados mediante os pressupostos e abordagens referenciadas na fundamentação teórica e apresentadas no formato de gráficos, tabelas e transcrição das falas registradas pelos professores. Os resultados revelaram que, embora inúmeros avanços tenham sido concebidos no decorrer dos últimos anos, inclusive no campo da legislação que institui uma política nacional de integração da pessoa com deficiência, ainda há muito caminho a percorrer para que sejam reduzidos os estigmas de exclusão e assegurar os direitos de igualdade aos alunos com algum tipo de deficiência.

**Palavras-chave:** Inclusão Social. Pessoas com deficiência. Políticas públicas

## ABSTRACT

This article aims to analyze the contributions of public educational inclusion policies implemented at the Afonso Manoel da Silva school, located in the municipality of São Bento, PB. To this end, a literature survey was carried out with the aim of presenting approaches defended by different authors, as well as field research, in which a questionnaire was applied to 7 (seven) professors who work in the referred institution in order to obtain information about the process of inclusion of students with disabilities. The information and data provided by the research subjects were analyzed using the assumptions and approaches referenced in the theoretical foundation and presented in the form of graphs, tables and transcription of the speeches recorded by the teachers. The results revealed that, although numerous advances have been made over the last few years, including in the field of legislation that establishes a national policy for the integration of people with disabilities, there is still a long way to go to reduce the stigmas of exclusion and ensure equal rights for students with a disability.

**Keywords:** Social Inclusion. Disabled people. Public policy

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

<b>GRÁFICO 1</b> _ Gênero dos participantes.....	21
<b>GRÁFICO 2</b> _ Idade dos participantes.....	21
<b>TABELA 1</b> _ Formação Profissional.....	22
<b>TABELA 2</b> _ Formação Continuada.....	24
<b>TABELA 3</b> _ Aprendizagem dos alunos.....	29
<b>GRÁFICO 3</b> _ Convivência em Sala de Aula.....	30

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>7</b>
2.1 Aspectos conceituais de inclusão.....	7
2.2 Processos evolutivos da pessoa com deficiência e sua inclusão no contexto escolar: uma breve caracterização histórica.....	8
2.3 O Brasil e as políticas públicas educacionais na perspectiva inclusiva.....	12
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>18</b>
3.1 Campo empírico e sujeitos da pesquisa.....	18
3.2 Plano de coleta, apresentação e análise dos dados.....	19
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>21</b>
4.1 Perfil Pessoal.....	21
4.2 Formação Profissional.....	22
4.3 Considerações sobre o processo de inclusão e acesso dos alunos com deficiência em salas regulares de ensino.....	25
4.4 Infraestrutura da escola, metodologia e recursos pedagógicos que favorecem a inclusão de alunos com deficiência.....	27
4.5 Percepção sobre a convivência dos alunos com deficiência e demais sujeitos da instituição e aspectos relacionados ao seu desenvolvimento escolar.....	29
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>
<b>7 APÊNDICES.....</b>	<b>37</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Amplamente discutida e explorada ao longo da história por muitos estudiosos da área social e educacional, a temática da inclusão da pessoa com deficiência (termo correto a ser usado para pessoas que possuem algum tipo de deficiência, de acordo com a PEC 25/2017) vem se consolidando como movimento e impulsionado ações de intervenção que tem melhorado gradativamente a vida das pessoas com deficiência.

Partindo desse pressuposto e de que as relações sociais estabelecidas entre as pessoas nem sempre se expressam através do respeito e da igualdade de direitos, esse trabalho tem por objetivo geral apresentar e analisar as contribuições das políticas públicas educacionais de inclusão implementadas na escola Afonso Manoel da Silva, localizada no município de São Bento, PB, acompanhado pelos seguintes objetivos específicos: compreender os pressupostos conceituais sobre os processos de inclusão decorrentes dos diferentes estudos realizados; caracterizar historicamente os processos evolutivos da pessoa com deficiência e sua inclusão no contexto escolar e identificar as políticas públicas educacionais implementadas no Brasil no contexto da inclusão de pessoas com deficiência.

A escolha por essa temática se deu mediante a necessidade de contribuir com uma mudança social que venha expressar indignação frente as profundas desigualdades sociais e ao processo de discriminação e marginalização em relação as pessoas com deficiência.

O marco teórico foi elaborado com a intenção de tecer algumas considerações sobre os aspectos conceituais da educação inclusiva, e também apresentar uma breve caracterização histórica dos processos evolutivos da pessoa com deficiência e sua inserção no contexto escolar reforçando a quebra de paradigmas promovida pelos diferentes movimentos sociais vinculados ao respeito e a valorização dessas pessoas, além da crescente expansão das discussões relacionadas a essa temática nos mais diferentes espaços sociais e educativos.

Associada a essas explanações, a última parte do referencial teórico evidencia o Brasil e o contexto das políticas públicas educacionais na perspectiva inclusiva, fazendo referência aos normativos legais instituídos ao longo das décadas com o objetivo de assegurar o direito a igualdade das pessoas com deficiência.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, foi realizada uma pesquisa teórica de abordagem qualitativa por meio de revisão bibliográfica, considerando os pressupostos históricos do processo de inclusão das pessoas com deficiência e a implementação das políticas públicas educacionais que contribuíram para o seu ingresso no contexto das instituições de ensino sob a ótica de autores como Díaz (2009), Stainback, 2008, Fungghetto,2005, entre outros. Também foi realizada uma pesquisa de campo na qual foram aplicados questionários a sete professores que atuam na referida escola com a finalidade de levantar dados e informações sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiência, seu rendimento escolar, bem como as estratégias de ensino que utilizam para trabalhar com esses alunos em salas regulares e a relação estabelecida entre os demais sujeitos envolvidos no processo educativo.

Para fornecer uma análise mais reflexiva, os dados obtidos foram analisados através de uma comparação com as abordagens pontuadas por diferentes autores que estudam o processo de inclusão e os preceitos legalmente instituídos nos marcos regulamentadores que asseguram o acesso, a permanência e os direitos de aprendizagem desses alunos, apresentados através de gráficos, tabelas e da transcrição das falas registradas pelos educadores.

Com esse estudo, espera-se contribuir com algumas reflexões sobre o processo de inclusão escolar e reduzir os estigmas de preconceito, exclusão e discriminação das pessoas que apresentam limitações, sejam elas físicas, cognitivas ou sociais.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Aspectos conceituais da inclusão**

O termo Educação Inclusiva já é bastante conhecido e tem se tornado cada vez mais presente no ambiente educativo, visto que é crescente o número de crianças com algum tipo de necessidade educacional especial matriculados em escolas regulares.

Mendes (2006) constitui a educação inclusiva como sendo uma proposta de aplicação prática no campo da educação de um movimento mundial denominado

inclusão social, o qual é proposto como um novo paradigma e implica a construção de um processo bilateral em que as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Para a socióloga Marta Gil (2005), a educação inclusiva é definida como sendo o resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que contaram com a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiências e educadores no Brasil e no mundo, fruto também de um contexto histórico no qual se resgata a educação como lugar do exercício da cidadania e da garantia de direitos.

Na perspectiva de Mantoan (2003), a inclusão é vista como o privilégio de conviver com as diferenças, sendo a escola um espaço que acolhe todas as diversidades, respeitando a individualidade e singularidades de cada aluno ao longo da sua vida escolar.

Ao descrever a educação inclusiva o MEC (2008), reforça que:

[...] esta constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (MEC, 2008, p. 9)

Em consonância com os autores supracitados, evidencia-se que o conceito de educação inclusiva está no princípio da igualdade de oportunidades educacionais e sociais a que toda classe estudantil, sem exceção, tem direito.

Para Shimazaki e Pacheco (2012), “isto implica dizer que todos os alunos devem (ou têm o direito de) ser incluídos no mesmo tipo de ensino, objetivando o processo de aprendizagem e o desenvolvimento das funções cognitivas para que se apropriem do conhecimento necessário a sua vida em sociedade”.

Cabe evidenciar que, na educação inclusiva, o termo inclusão não remete apenas ao alunado com alguma deficiência, mas a todos que de algum modo, possuem dificuldade em aprender.

Para mittler (2003), “a inclusão diz respeito a cada pessoa capaz de ter oportunidades de escolha e autodeterminação. Desse modo, a escola inclusiva se integra nessa perceptiva de escola aberta a todos, sendo elo de ligação entre a inclusão de alunos, o meio sociocultural e os profissionais que integram o ambiente escolar”.

## **2.2 Processos evolutivos da pessoa com deficiência e sua inclusão no contexto escolar: uma breve caracterização histórica**

A quebra de paradigmas promovida pelos diferentes movimentos sociais vinculados ao respeito e a valorização das pessoas com deficiência vem ganhando cada vez mais espaço nos debates e discussões em favor ao respeito da diversidade e dignidade humana. Movimentos contrários ao processo de marginalização que evidenciavam uma percepção excludente e discriminatória desses indivíduos, ganharam repercussão ao longo dos tempos, fazendo surgir determinantes legais que proclamam a legitimidade de seus direitos e corroboram com a igualdade de direitos e a valorização da diversidade.

Tal situação é decorrente da trajetória histórica que perpetuou os ideais preconceituosos que legitimaram as limitações da pessoa com deficiência a uma condição de segregação. Mediante a percepção de Aranha (2005, p. 5), “a história da atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela consequente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos”. Ao caracterizar historicamente esse processo, Silva (1987) afirma que os registros sobre as pessoas com deficiência remontam às antigas civilizações e estão associados a um conjunto de elementos simbólicos ligados às crenças destes grupos humanos. Para esse autor,

No Antigo Egito, os médicos acreditavam que as doenças graves e as deficiências físicas ou os problemas mentais graves eram provocados por maus espíritos, por demônios ou por pecados de vidas anteriores que deviam ser pagos. Dessa maneira, os deficientes não podiam ser debelados a não ser pela intervenção dos deuses, ou pelo poder divino que era passado aos médicos-sacerdotes, especializados nos chamados “Livros Sagrados” sobre doenças e suas curas. (SILVA, 1987, p. 79)

Ainda sobre essa caracterização histórica, o autor estabelece que, assim como os egípcios, também os hebreus acreditavam que os diferentes tipos de deficiência, bem como as deformações e doenças crônicas tinham sua origem nos atos de impureza e de pecado do ser humano. Assim como os gregos que cultuavam o corpo e acreditavam que sua força e condição física eram elementos essenciais para vencerem suas batalhas:

Para os gregos, o corpo belo e forte era prova de saúde e força, requisitos necessários para o combate e a luta, para a conquista de novas terras, sendo que aqueles que não correspondessem a esse ideal, como as crianças e os doentes, eram marginalizados e até mesmo eliminados ou abandonados à própria sorte para morrer. (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011, p. 25).

Do mesmo modo, também os romanos tinham autorização para sacrificarem seus filhos quando nascessem com alguma deficiência. Segundo Pereira (2017), nessa sociedade era permitido aos pais matarem as crianças com deformidades físicas pela prática do afogamento. Em outros casos, elas eram abandonadas e, aos sobreviventes, restava a exploração e muitos passavam a fazer parte de circos para o entretenimento dos mais abastados.

Seguindo este mesmo direcionamento, Cardoso (2004) enfatiza que essa perspectiva de condenação e abandono também esteve presente durante a Idade Média quando as doutrinas religiosas estabelecidas pela igreja instituíam a deficiência como uma punição infringida ao sujeito mediante o descumprimento de ações e condutas morais e espirituais consideradas adequadas.

Ao longo da Idade Média, nos países europeus, os ditos deficientes eram associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, eram então perseguidos e mortos pois faziam parte de uma mesma categoria: a dos excluídos. Então, deviam ser afastados do convívio social ou mesmo sacrificados. Comenta que havia posições ambíguas: uma série marca da punição divina, a expiação dos pecados: a outra, a expressão do poder sobrenatural, o privilégio de ter acesso às verdades inatingíveis para a maioria. (CARDOSO, 2004, p. 16)

Tais preceitos passaram a condicionar o tratamento destinado as pessoas com alguma deficiência, propagando convicções baseadas em ideias preconcebidas e que foram sendo legitimadas no decorrer da história.

Apesar de todo esse contexto, Matos (2011) ressalta que a situação das pessoas com deficiência nessas sociedades foi observada por alguns grupos que deram origem a iniciativas baseadas na filantropia e no assistencialismo. Segundo ele, “as pessoas com deficiência, conseguem despertar, em parte da sociedade, um olhar diferenciado ao contexto da época, dando origem a uma iniciativa que os acolheriam, pautada na filantropia e assistencialismo de pessoas benevolentes”. (MATOS, 2011, p. 33).

De acordo com Silva (2010), a mudança de concepção em relação a pessoa com deficiência veio ainda que de forma muito lenta, com o advento do Cristianismo,

onde, a visão religiosa dominante promoveu um olhar mais humano e solidário no tratamento dessas pessoas. Nesse contexto, o abandono da pessoa com deficiência passou a ser caracterizado como um ato de descumprimento aos princípios religiosos. Para Pereira e Saraiva (2017)

Com o advento do Cristianismo, a pessoa com deficiência passou a ser vista como criatura de Deus, possuidora de alma e não merecedora de castigo, mas de cuidados. Atitudes de extermínio não são mais aceitáveis e os cuidados com a pessoa com deficiência passam a ser assegurados pela família e a igreja, mesmo que tais cuidados não garantam a integração do deficiente na sociedade de forma geral. (PEREIRA; SARAIVA, p. 172).

Durante o movimento Renascentista, a evolução nas áreas da arte, da filosofia e da medicina contribuíram para uma mudança de pensamento nos diferentes segmentos sociais, todavia, não evidenciou grandes avanços no atendimento a pessoa com deficiência. Na percepção de Pereira e Saraiva (2017, p. 174),

Apesar de ter sido uma época revolucionária sob muitos aspectos, o Renascimento não conseguiu romper com os preconceitos contra as pessoas com deficiências físicas; as crianças com retardo mental profundo ainda eram consideradas, em certos meios, como não humanas, possuídas por maus espíritos, influenciadas por bruxas, fadas maldosas e duendes demoníacos

Segundo essas autoras, é somente no século XIX que tem início os processos de reconhecimento da responsabilidade social para com as pessoas com deficiência, especialmente na perspectiva de promover assistência, apoio e proteção aos grupos minoritários e marginalizados.

Na perspectiva de Garcia (2010), apesar do regime totalitarista da Alemanha nazista ocorrido no início do século XX que culminou na morte de milhares de pessoas especialmente as que apresentavam deficiências físicas, mentais, doenças incuráveis ou com idade avançada, a formação do Estado de Bem-Estar Social nos países europeus no pós-guerra, oportunizou maiores preocupações em relação ao bem-estar da população geral, incluindo as pessoas com deficiência, pois é a partir desse contexto que surgem alguns programas e políticas assistenciais relacionadas a população mais marginalizada e as pessoas com deficiência, e, de modo particular, as vítimas e mutilados de guerra.

De acordo com Figueira (2008), em 09 de dezembro de 1975, é aprovada pela ONU a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, que assegura, entre outras coisas, os direitos inerentes à igualdade humana. Já em 03 de dezembro de 1982, a ONU, através da Resolução nº 37/52, aprova o programa de

Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência, cujo objetivo é promover a igualdade de oportunidades, garantindo a todos os deficientes o acesso ao sistema geral da sociedade – meio físico e cultural, habitação, transporte, serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, a vida cultural e social, e, inclusive, instalações esportivas e de lazer.

Outro importante documento destacado por Costa (2008) em favor da inclusão da pessoa com deficiência, elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994 é a Declaração de Salamanca, que tem como fundamento dispor proposições básicas para a elaboração e promoção de políticas e sistemas educacionais engajados com os movimentos de inclusão social.

Ainda sobre essa abordagem histórica, Pereira e Saraiva (2017), destacam que

Em 2000, o Conselho da União Europeia adotou por votação unânime a "Directiva da Igualdade no Emprego" que proíbe a discriminação na ocupação de emprego e na formação profissional, sobre as formas de discriminação direta e indireta bem como o assédio no campo da deficiência. Inclui ainda provisões muito importantes no direito à adaptação razoável, a fim de promover o acesso das pessoas com todos os tipos de deficiência ao emprego e à formação. (PEREIRA E SARAIVA, 2017, p.177)

Todas essas proposições legais acabaram por estabelecer uma maior consciência acerca dos direitos da pessoa com deficiência e sua entrada nas instituições de ensino, bem como mobilizaram a crescente expansão dos movimentos sociais para legitimar a igualdade de tratamento e o respeito à dignidade da pessoa humana.

### **2.3 O Brasil e as políticas públicas educacionais na perspectiva inclusiva**

A educação é considerada um dos pilares mais importantes para o desenvolvimento geral de uma nação, sendo projetada para o equilíbrio cultural e social de todos. No entanto, para que ela seja de fato efetivada, faz-se necessário buscar por meio das políticas públicas, condições necessárias para oferecê-la.

As políticas públicas educacionais estabelecem que todos têm o direito à escola, e que a mesma tem o dever de oferecer um ensino de qualidade. Para Comênio, “o sistema de ensino deve ser articulado, reconhecendo o igual direito de todos os homens ao conhecimento, desenvolvido através de uma educação permanente, durante toda a vida humana”. (COMÊNIO (1592-1670)

No Brasil, as políticas públicas educacionais tiveram seu surgimento nos primeiros anos da república, época em que se defendia o ensino primário gratuito para todos, segundo a Constituição Federal de 88. Posteriormente, com a criação da Associação Nacional da Educação (ANE), o ensino fundamental público, passou a ser também obrigatório. A partir daí, várias foram as reformas que proporcionaram o estabelecimento, estrutura e funcionamento do ensino médio, embora já existissem algumas iniciativas anteriores a essa data que consolidavam o atendimento as pessoas com deficiência.

Segundo Matos (2011), a criação de várias instituições que promoviam o atendimento e o amparo de pessoas com deficiência de classes sociais menos favorecidas, entre elas o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atualmente denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro foram fundados no decorrer do século XIX.

Todavia, é no século XX que os avanços na área da medicina e o desenvolvimento de novas pesquisas e estudos no campo da reabilitação vão impactar resultados mais significativos no atendimento as pessoas com deficiência. De acordo com Pereira e Saraiva (2017, p.180) é nesse período que

A questão da deficiência deixa de ser responsabilidade exclusiva da família e das instituições de caráter filantrópico, para passar a ser uma preocupação também do Estado, que assume essa responsabilidade não como uma política pública, mas apenas apoiando as instituições beneficentes sem fins lucrativos, adotando um modelo assistencialista.

É no início deste século XX que é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental. Para além desse instituto, é fundada em 1954 a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e, no ano de 1945, é criado, pela psicóloga e pedagoga Helena Antipoff, o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi.

De acordo com Matos (2011), é através da Lei nº 4.024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado nos dispositivos legais ao instituir o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.



Ainda segundo este mesmo autor, no decorrer da década de 70, foi elaborada a Lei nº 5.692/71, que altera a LDB de 1961 e define tratamento especial para os estudantes com deficiências físicas e mentais. Nessa mesma década, é criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP (1973), órgão que tinha como responsabilidade gerenciar a educação especial no Brasil e impulsionar a adoção de ações educacionais relacionadas às pessoas com deficiência, mas que não conseguiu promover a eficácia de um sistema de ensino organizado a atender as necessidades dos deficientes, se configurando como campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

O artigo 205 Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, prevê a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. O inciso I de seu artigo 206, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como uma das prerrogativas para o ensino, e assegura como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

Associado a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 7853 de 1989 institui uma política nacional alicerçada nos princípios da promoção da igualdade de tratamento e o respeito à dignidade da pessoa humana. Segundo essa lei, ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências, e sua efetiva integração social. No inciso um, do artigo primeiro, vamos encontrar a seguinte disposição:

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade. (BRASIL,1989)

Na década de 90 emerge uma nova perspectiva voltada para a criação de ações mais concretas e efetivas destinada a educação inclusiva que passa a ser compreendida como

Um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados

institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001, p. 27-28)

Com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei. Nº. 9394/96, fica ainda garantido a criação de currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender os alunos com necessidades educacionais especiais, bem como o preparo e a formação adequada dos professores para atendimento especializado e a integração desses educandos nas classes comuns de ensino.

O Decreto Nº 3298 de 20 de dezembro de 1999 dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e responsabiliza em seu Art. 2º os órgãos e as entidades do Poder Público pela garantia do pleno exercício dos direitos básicos da pessoa com deficiência, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Para além da LDB e do Decreto Nº 3298, são instituídas no ano de 2001 as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, cujo texto determina que “Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (MEC/SEESP, 2001).

Neste mesmo ano, o Decreto nº 3.956, promulga no Brasil a Convenção da Guatemala (1999), a qual pressupõe o compromisso dos estados em assumir “medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de qualquer outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade”. (BRASIL, 2001)

Ainda sobre os dispositivos legais que legitimam a regulamentação do atendimento as pessoas com deficiência, Matos (2011) enfatiza que o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, através da Resolução CNE/CP nº 1/2002 e a

criação do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, instituído com a finalidade de promover um amplo processo de formação de gestores e educadores são importantes iniciativas para assegurar o direito de acesso de todos à escolarização, bem como a oferta do atendimento aos alunos com deficiência. Segundo ele,

É preciso despertar nos educadores um novo olhar para a educação, com o objetivo para o acolhimento e ao atendimento das crianças com algum tipo de deficiência. E, nesta perspectiva, criar uma oportunidade de garantir, muito mais do que o acesso, mas a permanência desses estudantes na escola, com vistas a oportunizar um percurso digno, capaz de alcançar um desenvolvimento da aprendizagem, conforme propõe a legislação. (MATOS, 2011, p.41)

Outro importante aspecto referente a criação dos dispositivos legais relacionados a garantia de direitos as pessoas com deficiência, diz respeito a elaboração do documento intitulado O Acesso de Estudantes com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, idealizado pelo Ministério Público Federal em 2004, com o propósito de difundir os benefícios, proposições e diretrizes mundiais para a integração dos alunos com deficiência nas turmas regulares de ensino e a realização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, onde foram discutidas e estabelecidas diretrizes que advertem sobre a responsabilidade do Estado em proporcionar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, garantindo ambientes que potencializem o seu desenvolvimento social e acadêmico.

Em 2006, uma ação conjunta entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação e da Justiça e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO propõe a inserção de temáticas referentes as pessoas com deficiência e o desenvolvimento de ações afirmativas que contemplem seu acesso e permanência no ensino superior através do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

No ano de 2007 é implementado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE através do Decreto nº 6.094/2007, que estabelece as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação e que propõe, dentre outras metas, a formação continuada de professores para atuarem na educação especial e a implantação de salas de recursos multifuncionais. Para além desses objetivos, o plano dispõe ainda sobre a

acessibilidade no interior das instituições educacionais e a garantia de acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.

Em meio a essas políticas públicas, Matos reforça a política nacional de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva de 2008, que cita “a

transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior e, também, o atendimento educacional especializado em todos os níveis de ensino”. Nesse mesmo ano, é lançado o Decreto nº 6.571/2008, que é, posteriormente, revogado pelo Decreto nº 7.611, de 2011 que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. De acordo com esse decreto,

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2011)

Em julho de 2005, é instituída a Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Nesse contexto de mudanças, as instituições de ensino vêm sendo mobilizadas a se adequarem às exigências instituídas pelos documentos legais e implementando mudanças em sua estrutura física e de funcionamento como forma de assegurar uma educação mais igualitária. Cabe, contudo, destacar que, apesar dos avanços ocorridos no decorrer de todo esse percurso histórico, questões relacionadas à carência na formação dos professores, falta de recursos didático-pedagógicos, implantação de propostas de intervenção mais efetivas, dentre outras ações mais concretas para que a escola possa ser compreendida como espaço de igualdade a partir de uma perspectiva inclusiva.

### **3- METODOLOGIA**

A seleção dos procedimentos metodológicos consiste em uma importante etapa da pesquisa científica, uma vez que é nesta fase onde são escolhidas as estratégias a serem aplicadas pelo pesquisador para o levantamento das informações, coleta e exploração de dados. Assim, ao eleger os procedimentos a serem adotados em sua pesquisa, o investigador precisa compreender que a especificidade dessa metodologia está relacionada à natureza da temática a ser investigada.

Partindo desse pressuposto, a proposta metodológica desse estudo é de caráter qualitativo, inserido no campo da educação inclusiva, uma vez que se considerou importante analisar as contribuições das políticas públicas educacionais voltadas as pessoas com deficiência, em especial, as aplicadas na Escola Afonso Manoel da Silva, no município de São Bento-PB.

Quanto ao seu objetivo, essa pesquisa se qualifica como exploratória e engloba a revisão de diferentes literaturas que tratam da temática dando ao pesquisador maior familiaridade com o objeto de estudo, bem como uma pesquisa de campo, pois visa obter dados com o objetivo de confirmar, ou não uma hipótese. A respeito dessa modalidade de pesquisa, Marconi e Lakatos (2010, p.169) descrevem que:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queria comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

É a partir desses dois tipos de pesquisa que esse trabalho se propõe a tecer algumas considerações sobre a necessidade da escola, enquanto instituição responsável pela educação sistematizada do indivíduo, adotar uma linha pedagógica pautada no respeito às diferenças individuais e na valorização das habilidades e competências dos alunos que apresentam alguma necessidade educacional especial.

#### **3.1 Campo empírico e sujeitos da pesquisa**

Localizada no município de São Bento, cidade da microrregião de catolé do Rocha e popularmente conhecida como a capital mundial das redes, a Escola Afonso

Manoel da Silva foi selecionada como objeto de estudo por ser referência no município no atendimento de crianças com necessidade educativas especiais.

Atualmente a instituição acima mencionada funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, atendendo a 1.185 alunos, distribuídos nos diferentes níveis da educação básica: Educação infantil (Pré I, Pré II) e Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano). Além das modalidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de Educação Especial (AEE). Seu corpo docente possui uma equipe de profissionais qualificados, ou em processo de qualificação para as competências as quais são designadas, oferta de acompanhamento e cuidado aos alunos com deficiência. No que concerne a estrutura física, a escola possui 1 diretoria, 1 secretaria, 1 sala de professores, 12 salas de aula, 1 sala de recursos multifuncionais para alunos de AEE, 1 depósito, 1 cozinha, 2 pátios cobertos, 2 banheiros para funcionários e 8 para alunos, 1 área externa para recreação e uma quadra poliesportiva.

Na sala de recursos da escola em estudo, são atendidas 60 crianças da escola e de outras instituições que não possuem AEE no decorrente ano. Elas apresentam os mais diferentes tipos de necessidades especiais: retardo mental, paralisia cerebral, autismo e baixa visão, todos atendidos de forma individual e de acordo com a deficiência ou transtorno global de desenvolvimento no contraturno das aulas do ensino regular.

Mediante esse exposto, o estudo foi desenvolvido junto à 7 professores que atuam na escola supracitada nos turnos matutino e vespertino que estão em contato direto com alunos com algum tipo de deficiência.

### **3.2 Plano de coleta, apresentação e análise dos dados**

A pesquisa foi desenvolvida através de um questionário aplicado a 7 professores participantes, e tiveram como ponto de partida o objetivo a ser alcançado a partir desse estudo, onde o foco principal foi analisar as contribuições das políticas públicas educacionais voltadas as pessoas com deficiência, em especial, as aplicadas na Escola Afonso Manoel da Silva, no município de São Bento-PB.

Como forma de coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado contendo 12 questões abertas e fechadas, separadas em cinco categorias. As duas primeiras buscaram traçar o perfil pessoal e profissional dos sujeitos da pesquisa,

seguida pelo levantamento de informações sobre o acesso dos alunos com deficiência nas unidades regulares de ensino e sua percepção sobre o processo de inclusão. A quarta categoria de investigação se deteve a conhecer a infraestrutura da escola, os recursos disponibilizados pela instituição, as metodologias aplicadas pelos professores no atendimento aos alunos com deficiência e os desafios enfrentados para melhorar a aprendizagem de tais sujeitos. Por fim, a quinta e última categoria consistiu em compreender os aspectos referentes a aprendizagem e rendimento dos alunos com deficiência, bem como sua relação com os demais sujeitos da comunidade escolar. Sobre esse instrumento de coleta de dados, Severino (2007, p.125) considera que:

As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos. As questões devem ser objetivas, de modo a suscitar respostas igualmente objetivas, evitando provocar dúvidas, ambiguidades e respostas lacônicas. Podem ser questões fechadas ou questões abertas. No primeiro caso, as respostas serão escolhidas dentre as opções predefinidas pelo pesquisador; no segundo, o sujeito pode elaborar as respostas, com suas próprias palavras, a partir de sua elaboração pessoal

É a partir desses dois tipos de pesquisa que esse trabalho se propõe a analisar as políticas públicas de inclusão implementadas na referida instituição e compreender de que modo essas iniciativas têm contribuído com a melhoria do rendimento educacional desses alunos.

Os dados colhidos a partir do questionário foram apresentados através de gráficos e tabelas, bem como da transcrição dos registros fornecidos pelos professores e analisados e interpretados por meio da comparação dos conceitos, estudos e teorias defendidas pelos autores que compõem o embasamento teórico deste trabalho.

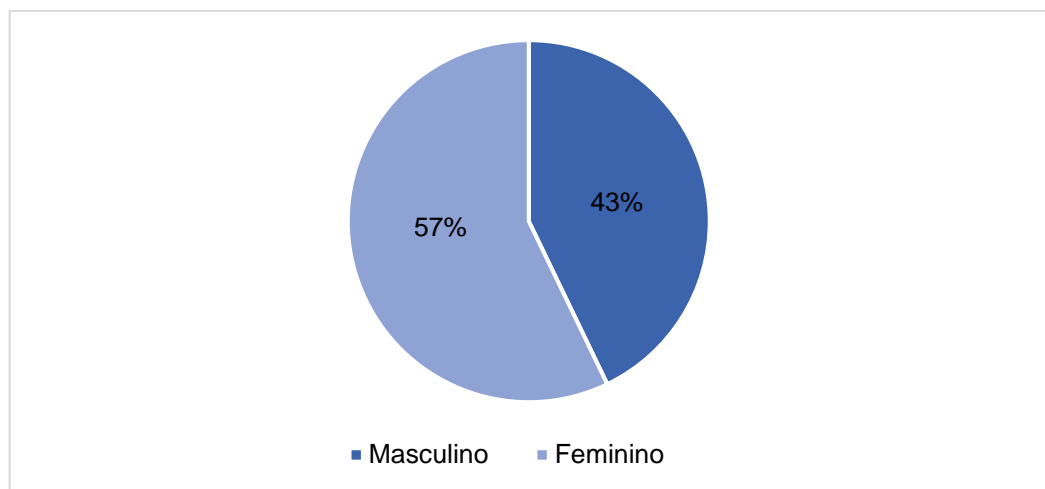
## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Perfil Pessoal

Nesta categoria, buscou-se traçar o perfil pessoal dos entrevistados.

O gráfico 1 nos traz dados sobre o gênero dos entrevistados, já o gráfico 2 nos dá informações acerca da idade dos participantes.

**Gráfico 1:** Gênero dos participantes

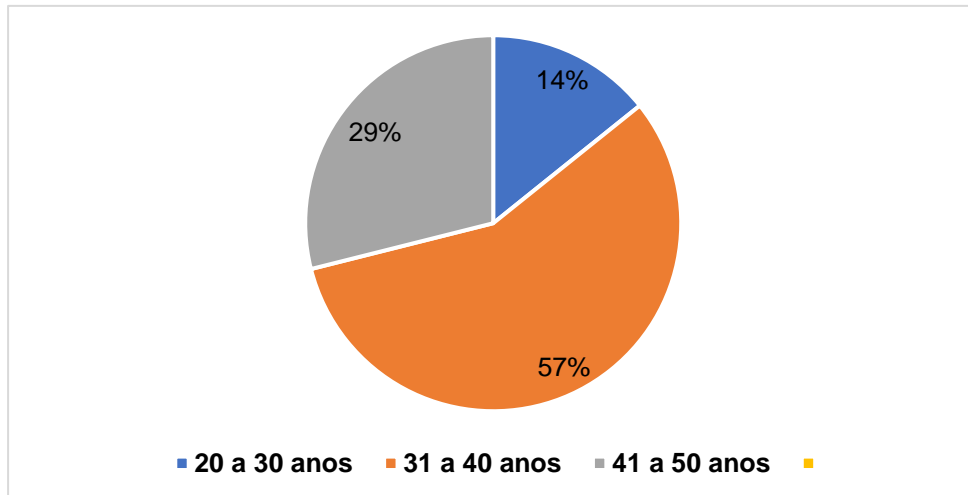


**Fonte:** dados coletados pela autora

Como pode ser observado, o gráfico 1 nos mostra que 43% dos professores entrevistados são do sexo masculino enquanto que, 57% representam o sexo feminino.

**Gráfico 2:** Idade dos participantes





Fonte: dados coletados pela autora

De acordo com o gráfico 2, a amostra total dos participantes da pesquisa indicou a sua idade. Dessa forma, quanto a faixa etária dos entrevistados identificamos que a idade dos investigados varia entre uma idade mínima de 20 e uma máxima de 50, sendo a média correspondente como maioria ficando entre 31 a 40 anos.

#### 4.2 Formação Profissional

Nesta categoria, os professores participantes foram solicitados a responderem questões sobre sua formação docente. Inicialmente, buscamos saber o nível de escolaridade, área de formação acadêmica, tempo de docência de cada um, bem como sua participação em cursos de formação continuada relacionadas à temática da inclusão. Conforme dados abaixo:

**Tabela 1:** Formação Profissional

Participantes	Nível de escolaridade	Formação Acadêmica	Tempo de Docência
P1	Especialização	Educação Infantil	9 anos
P2	Mestrado	Ciências Humanas	27 anos
P3	Mestrado	Pedagogia	7 anos
P4	Especialização	Exatas (Matemática)	12 anos
P5	Especialização	Pedagogia/Letras	21 anos
P6	Especialização	Pedagogia	4 anos
P7	Especialização	Pedagogia	6 anos

**Fonte:** Dados coletados pela autora

Como podemos observar na tabela acima, a maioria dos entrevistados são especialistas e possuem formação acadêmica em pedagogia. No que se refere ao tempo de docência, estes variam entre 9 a 21 anos.

Ainda em relação a sua formação docente, foi questionado aos participantes entrevistados, o tempo de docência com alunos com deficiência e se os mesmos consideravam sua formação suficiente para lidar com os desafios no atendimento a esse tipo de alunado.

De acordo com os dados obtidos, o tempo de docência trabalhando com alunos com deficiência variaram de 1 a 11 anos. E em relação sua formação ser suficiente para trabalhar com esses alunos, o professor P1 respondeu que não, se fazia necessário uma capacitação direcionada nessa área. O professor P4 também respondeu que não, e justificou dizendo que as formações das quais participou eram superficiais e não os dava suporte necessário ao trabalho em sala de aula. Já o professor P5 respondeu que na licenciatura ainda não constava no currículo e as formações que havia participado eram sempre complementares, baseadas em nomenclaturas e legislações. Nestas formações construímos metodologias gerais, no entanto, cada aluno é um caso que precisa ser observado, atribuído um método e garantir apoio as suas especificidades, uma vez que um mesmo CID (diagnóstico) não traz a mesma proposta de ensino-aprendizagem. O professor P6 por sua vez, respondeu que sim, mas que precisaria de mais especialização na área. Os professores P2, P3 e P7 não responderam ou preferiram não opinar.

Para Freitas (2008), “não basta receber tais alunos para a mera socialização, faz-se necessário um atendimento que proporcione o desenvolvimento efetivo de todos, que busque capacitar os profissionais, visto que somente a formação inicial não é suficiente para o enfrentamento destas questões tão sérias e difíceis de lidar”.

Quanto a participação dos docentes em cursos de formação continuada destinados ao trabalho com alunos com deficiência e suas contribuições em práticas de ensino que melhorem a metodologia em sala de aula, a pesquisa revelou as seguintes informações:

**Tabela 2:** Formação Continuada

Professor	Sim/ não	Justificativa
P1	Não	
P2	Não	
P3	Sim	Aprender a planejar e aplicar estratégias de inclusão de pessoas com deficiência, além de usar tecnologias assistivas que contribuem para promover.
P4	Não	
P5	Sim	Eles sempre promovem reflexões, mas é na pratica cotidiana que de fato ocorre as aprendizagens e experiências significativas. No entanto, o que sabemos é muito pouco diante das demandas. É preciso aprender mais, em especial com as possibilidades que a tecnologia oferece.
P6	Sim	Consegui melhorar minha didática em sala de aula, trazendo mais na parte lúdica para eles conseguirem absorver melhor os conteúdos.
P7	Sim	Ele me ajudou a compreender mais sobre os tipos de deficiência e como eu teria que conhecer mais sobre a história do aluno (a), porque na verdade só aprendemos com a prática.

**Fonte:** Dados coletados pela autora

Diante dos dados obtidos na tabela acima, entende-se que a formação e o desenvolvimento profissional são quesitos importantes para que a inclusão aconteça de forma positiva. Para STAINBACK, 2008:

Deve ficar claro que bons mediadores de classe são fruto de aprendizagem, eles não nascem bons. Sempre há aqueles poucos professores que são mediadores naturais, que tiveram muita pouca capacitação formal, e que simplesmente parecem saber o que fazer na maioria ou em todas as situações problemáticas. Entretanto, a maioria dos professores precisa de uma capacitação adequada para um bom manejo das aulas (STAINBACK, 2008, p. 336).

Denari (2006, p. 36) destaca ainda que

O descompasso observado entre a formação inicial de profissionais de educação especial e a execução desse serviço vem obrigando os agentes responsáveis, quer no âmbito legal, quer no âmbito acadêmico, a realizar ajustes curriculares de acordo com os diferentes enfoques e as necessidades operativas assumidas, com ênfase na proposta de uma educação inclusiva. Tais ajustes tem por objetivo, dotar os futuros profissionais dos elementos teóricos, metodológicos e técnicos necessários ao desenvolvimento de uma prática profissional exitosa

Os dados acima deixam claro que a preparação adequada dos docentes que estejam empenhados em trabalhar com pessoas com algum tipo de deficiência constitui-se um fator-chave, na melhoria do ensino. Eles precisam estar em constante aprendizado para estarem aptos a lecionar não somente para alunos com deficiência, mas para todos, reforçando assim, o papel da inclusão.

### 4.3 Considerações sobre o processo de inclusão e acesso dos alunos com deficiência em salas regulares de ensino

Essa categoria tem por objetivo descrever a percepção que os sujeitos da pesquisa têm em relação ao processo de inclusão e o ingresso dos alunos com deficiência nas salas regulares de ensino.

No que se refere a sua compreensão no que diz respeito ao termo inclusão, os professores responderam:

*P1- É inserir o indivíduo no meio em que vive de forma a promover a sua autonomia.*

*P2- É atender os alunos com deficiência no mesmo espaço dos alunos considerados normais.*

*P3-É o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Inclusão social é oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos.*

*P4- Incluir o aluno nas atividades escolares, socializar-se em seu processo de formação.*

*P5- Processo pelo qual os alunos recebem, com adequação e metodologias necessárias, estando integrado aos seus colegas, onde o que está diferenciado não é a sua tarefa ou currículo, mas o apoio e o método de acesso.*

*P6- Um ato de igualdade*

*P7- Através da verdadeira inclusão escolar a criança tem a oportunidade de adquirir novos saberes, novas habilidades até mesmo de se comunicar com outras pessoas, o profissional tem que ser capaz de se reinventar, e sendo assim, aprendem e ensinam juntos. Dessa forma fazendo com que o aluno ou (a) seja inserido na sociedade pois toda criança tem esse direito.*

Díaz (2009) relata que a educação inclusiva tem sido uma preocupação mundial, em que organizações internacionais e nacionais se mobilizam para assegurar que a escola, instituição responsável pela educação, possa receber e promover um ensino de qualidade a todos que nela ingressam. Neste sentido, requer considerar, as dificuldades individuais de cada educando sem discriminá-los, por características como: idade, sexo, etnia, língua, deficiência, classe social, entre outros.

Corroborando os dados dos professores participantes da pesquisa e o autor supracitado, vimos que a educação inclusiva é uma concepção de ensino cujo objetivo

é garantir o direito de todos à educação, onde haja igualdade de oportunidades e valorização do ser humano, independente da sua cor, raça, gênero ou deficiência.

Em relação ao ingresso dos alunos com deficiência em salas regulares de ensino, foram obtidas as seguintes respostas:

*P1- É importante, porém, ainda há muito para ser realizado em relação a tornar os profissionais aptos a trabalhar com esses alunos.*

*P2- Concordo, mas o professor precisa mudar a sua metodologia de ensino.*

*P3- Favorece a quebra de preconceitos sociais, bem como estimula a aprendizagem de modo mais colaborativo. Além do mais, os estudantes com necessidades especiais passam a se sentir acolhidos e motivados a desenvolver seu potencial ao máximo.*

*P4- Ela é necessária, contudo, vejo somente como a socialização. No âmbito da aprendizagem, acredito que não funciona da forma correta; precisaria de um trabalho individualizado.*

*P5- Considero importante, pois os alunos se integram, o preconceito é reduzido e nas experiências que tenho vivenciado, quanto mais cedo, mais eles querem ajudar e integrar o colega, ajudando inclusive o professor.*

*P6- Vejo que eles se sentem deslocado, devido a quantidade de alunos em sala.*

*P7- Não é fácil, pois nem todos os docentes estão preparados, mas é algo que pode ser possível é só o profissional ser capaz de se colocar no lugar do outro.*

Mediante as respostas acima, percebemos que a maioria dos professores entrevistados são a favor da inclusão de alunos com deficiências no ensino regular, desde que haja capacitação para que os mesmos saibam como trabalhar com tais alunos. Para Funghetto,

*Ao respeitarmos a diversidade e a singularidade de alunos com deficiência na rede regular de ensino, estamos exigindo que a instituição escolar ofereça possibilidades objetivas de aprendizagem a todos os alunos, buscando práticas pedagógicas e concepções mais evoluídas. Educar para o desenvolvimento e para a criatividade se faz um desafio à ação pedagógica, visto que a aprendizagem é um processo contínuo e permanente de construção do conhecimento. (FUNGHETTO, 2005, p.10).*

Ainda Sobre o ingresso desses alunos nas salas de ensino regular, Glat e Blanco (2007, p. 34) afirmam que:

*No que se refere ao ingresso na escola, não se pode negar que tem havido em nosso país, nas últimas décadas, uma maior oferta de vagas tanto na rede pública quanto privada de ensino. Isso acarretou não só num aumento do*

número de matrículas, como uma maior diversidade de alunos chegando as escolas. No entanto, infelizmente esse movimento não vem sendo acompanhado, em larga escala, por mudanças significativas na estrutura das escolas e do próprio sistema educacional.

segundo as mesmas autoras,

É importante enfatizar também, que a Educação Inclusiva não se resume a matrícula do aluno com deficiência na turma comum ou a sua presença na escola. Uma escola ou turma considerada inclusiva precisa ser mais do que um espaço para a convivência, um ambiente onde ela aprenda os conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária. O objetivo desta proposta é a possibilidade de ingresso e permanência do aluno na escola com sucesso acadêmico e isso só poderá se dar a partir da atenção as suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento. (GLAT; BLANCO, 2007, p. 17)

#### **4.4 Infraestrutura da escola, metodologia e recursos pedagógicos que favorecem a inclusão de alunos com deficiência**

Nesta categoria, os professores participantes foram solicitados a responderem questões acerca dos seguintes aspectos: Observando a estrutura física da escola em que trabalham, quais os recursos disponibilizados pela instituição para o atendimento aos alunos com deficiência, se a mesma disponibiliza recursos didáticos-pedagógicos específicos para se trabalhar com a inclusão desses alunos, e em caso afirmativo, quais destes eles costumam utilizar em sala de aula e de que forma os mesmos tem contribuído na efetiva aprendizagem desse alunado.

De acordo com os dados colhidos, podemos perceber que em relação a estrutura física, a escola possui adaptações para receber alunos com algum tipo de deficiência. São elas: Rampas, piso antiderrapante, portas, pias e banheiros adaptados, além de sala de atendimento especializado.

De acordo com Glat e Blanco (2007, p.16),

Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os seguimentos que a compõe e que ela interfere. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político pedagógico, seus recursos didáticos, metodologia e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas

Brasil (2001, p.39) institui:

Para o êxito das mudanças propostas, é importante que os gestores educacionais e escolares assegurem a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação incluindo instalações, equipamento e mobiliária nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações.

No que se refere aos recursos didáticos-pedagógicos, a escola em estudo oferece aos seus alunos com deficiência uma vasta gama de recursos, dentre os citados pelos participantes estão: jogos educativos adaptados, telas de projeção, teclado adaptado, intérprete de libras, livros em braile e salas de atendimento especializado.

Quando questionados sobre o uso em sala de aula, dos recursos acima mencionados, a maioria dos professores responderam fazer uso de jogos educativos adaptados; o professor P2 respondeu não fazer uso de nenhum material e o professor P5, acrescentou que os recursos são usados em salas de AEE, e por possuir alunos surdos e alunos autistas, faz uso de imagens e quadros de apoio no atendimento coletivo, além de contar com o apoio de cuidadores na realização das atividades. Como podemos constatar por meio dos dados obtidos, a escola oferece uma vasta opção de recursos-pedagógicos direcionados a alunos com deficiência, porém, poucos são utilizados. O que é uma pena, uma vez que, quando devidamente empregados, podem fortalecer a atividade criadora e inovadora do aluno.

Partindo do pressuposto de que esses alunos necessitam de atendimento especializado, Glat e Blanco (2007, p. 30) prescrevem:

Para oferecer um ensino de qualidade, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que seus profissionais estejam preparados para essa nova realidade. Este último aspecto merece destaque já que, indiscutivelmente, uma das principais barreiras para a transformação da política de Educação Inclusiva em práticas pedagógicas efetivas é a precariedade da formação dos professores e demais agentes educacionais para lidar com alunos com significativos problemas cognitivos, psicomotores, emocionais e/ou sensoriais, na complexidade de uma turma regular.

Corroborando com as autoras acima mencionadas, Souza 2007 destaca que:

“Utilizar recursos didáticos no processo de ensino- aprendizagem é importante para que o aluno assimile o conteúdo trabalhado, desenvolvendo sua criatividade, coordenação motora e habilidade de manusear objetos

diversos que poderão ser utilizados pelo professor na aplicação de suas aulas". (SOUZA 2007, p.112-113).

Como vimos, o uso de recursos pedagógicos, tecnológicos e educativos são indispensáveis ao pleno desenvolvimento de alunos com algum tipo de deficiência, uma vez que, estes contribuem de forma significativa para a autonomia e independência desse alunado.

Ainda nesta categoria, os participantes foram indagados a responderem se em sua perspectiva os recursos mencionados anteriormente, tem contribuído com a aprendizagem dos alunos com deficiência.

**Tabela 3:** aprendizagem dos alunos

Professor	Sim /Não	Comentário
P1	Não	Pois mais recursos precisam ser utilizados para que haja uma aprendizagem satisfatória.
P2	Sim	Não comentou
P3	Sim	É uma atividade considerada importante para desenvolvimento múltiplo. Forma de interação social, ludicidade, pontuando finalidades também distintas. O jogo com finalidade de aprendizagem e a ludicidade com finalidade de interação social
P4	Não	Precisaria de um trabalho individualizado.
P5	Parcialmente	Mas é preciso fazer bem mais para que se possa classificar como efetiva. Tenho buscado fazer com que se torne significativa e entendo que cada educando é um mundo particular.
P6	Sim	Melhorando a cada dia.
P7	Sim	É uma forma deles aprenderem.

**Fonte:** Dados coletados pela autora

Como percebe-se nas respostas dadas, o recursos didáticos-pedagógicos utilizados pelos professores tem contribuído sim, para o aprendizado dos alunos com alguma deficiência. De acordo com Souza (2007) o desenvolvimento e uso de tais recursos têm oferecido aos alunos grandes oportunidades de alcançar aprendizagens significativas de forma criativa e prazerosa.

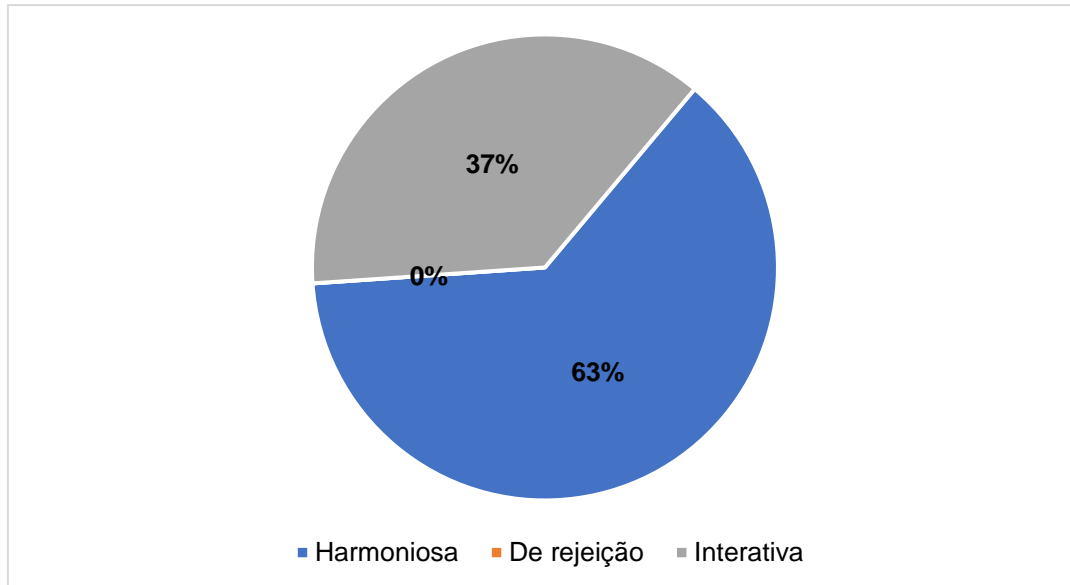
#### **4.5 Percepção sobre a convivência dos alunos com deficiência e demais sujeitos da instituição e aspectos relacionados ao seu desenvolvimento escolar.**

Essa categoria tem por objetivos descrever a visão que os professores têm em relação a convivência dos alunos com deficiência e demais membros da unidade de



ensino pesquisada, além de relatar os elementos que caracterizam o seu desempenho escolar.

**Gráfico 3:** Convivência em Sala de Aula



**Fonte:** Dados coletados pela autora

Como podemos observar no gráfico acima, 63% dos professores relataram uma relação de harmonia entre alunos com algum tipo de deficiência e demais sujeitos do ambiente escolar e 37% deles, afirmaram haver uma relação interativa entre os mesmos.

Para Carvalho (2007),

“à integração envolve a questão psicossocial e se refere às relações dos alunos portadores de deficiências com os outros alunos, o que é importante para que ocorram interações. Visto que, não podemos somente incluir o aluno portador de deficiência na sala regular, é preciso também, que haja entrosamento dele com os demais colegas”. (CARVALHO, 2007, p.174)

No que se refere ao desempenho e rendimento escolar dos alunos com alguma deficiência, o professor P2 respondeu que o rendimento desses alunos ainda é considerado baixo. Já os professores P1, P3, P4, P6 avaliaram como sendo razoável, e as professoras P5 e P7, como proveitoso. A professora P5 completou ainda que, as interações sociais os ajudam a buscar novas experiências e os possibilita a mediar suas aprendizagens. E as colocações que os pais trazem, também são um ponto forte.

Uma vez que eles já alcançaram em termos de autonomia para seguir a partir deste ponto.

Diante da afirmativa da professora P5, cabe mencionar que a criança cuja família participa de forma mais direta do cotidiano escolar, apresenta um desempenho superior se comparado aos pais que estão ausentes do processo educacional de seus filhos. Para Buckley/Bird (1998), “o papel dos pais e o seu bom relacionamento com a escola são de fundamental importância para o sucesso da inclusão, pois eles têm experiências e habilidades para ensinar o próprio filho”. (BUCKLY; BIRD, 1998, p.502)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de exclusão social das minorias e, de modo mais específico, da pessoa com deficiência, se manteve, durante muito tempo, ancorado na trajetória histórica de segregação que condicionou a maioria da população a adotar uma postura de indiferença e marginalização em relação a pessoa com deficiência.

O arcabouço teórico levantado nesse estudo apontou que no decorrer da história da humanidade as pessoas que apresentavam alguma limitação física ou mental eram condenadas a discriminação, acompanhada por um consequente processo de exclusão sob o argumento de feitiçaria, ação de impureza ou pecado humano ou, ainda, a outros elementos simbólicos que caracterizavam suas crenças.

Entretanto, as inovações nas diferentes áreas do conhecimento, associada aos movimentos sociais vinculados ao respeito e a dignidade humana, vem promovendo uma mudança de paradigma e estimulando a criação de pressupostos legais que instituem o direito a igualdade e a valorização da pessoa com deficiência.

Nesse contexto, as instituições de ensino assumem importante papel no engajamento desses alunos, promovendo o acesso, a permanência e a interação com os demais membros da comunidade escolar e com aspectos inerentes a sua cidadania.

Partindo desse pressuposto, as constatações evidenciadas pela pesquisa mostram que, a inclusão de pessoas com necessidades especiais educacionais na escolar regular vem acontecendo de forma gradativa, mas que ainda requer uma série de mudanças no sistema educacional, sejam elas: na flexibilização ou adequação do currículo, na adoção de novas maneiras de ensinar e avaliar; no trabalho com alunos em sala de aula ou disponibilização de recursos físicos que facilitem a circulação de todos.

Mediante todo esse contexto, é importante destacar que, para além da garantia do acesso à escola, as mudanças para assegurar uma educação de qualidade aos alunos com deficiência em nosso país precisam ser acompanhadas de constantes reflexões sobre a adequação das práticas metodológicas aplicadas em sala de aula, da formação dos professores e demais agentes integrantes ao processo educativo, bem como dos investimentos a serem empregados na aquisição de materiais pedagógicos e na reforma da estrutura física das escolas, uma vez que não basta apenas implementar políticas educacionais que garantam a ampliação da oferta de

oportunidades de acesso como iniciativa para o embate do processo de marginalização e segregação da pessoa com deficiência. Para assegurar a efetiva participação desses alunos, é crucial criar condições que viabilizem o respeito e a valorização da diversidade humana onde todos possam partilhar de um ambiente educativo comum em que todos sejam valorizados por igual considerando as suas particularidades.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. **Inclusão Social e Municipalização**, In: **Novas Diretrizes da Educação Especial**. São Paulo: Secretaria Estadual de Educação, p. 12-17, 2001.
- BARBOSA, M. R.; MATOS, P. M.; COSTA, M. E. **Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje**. *Psicologia e Sociedade*, v. 23, n. 1, p. 24-34. 2011.
- BASTOS, Manoel de Jesus. **Políticas Públicas na Educação Brasileira**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pp 253-263, Julho de 2017.
- BUCKLEY, S., BIRD, G. **Including children with Down syndrome**. *Down Syndrome News and Update.*, v.1, n.1, p.5-13, 1998.
- BRASIL. **LEI Nº 7.853**, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853compilado.htm) acesso em 03/11/2022
- CARDOSO. Marilene da Silva. **Aspectos históricos da Educação Especial**: da exclusão à inclusão, uma longa caminhada. In: STOAUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño (org.). *Educação Especial: em direção a educação inclusiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva**. 6ª edição Porto Alegre: Mediação, 2007. 174 p
- COSTAS, F. A. T. **Educação inclusiva: reflexões acerca do processo e da nova política nacional**. *Revista Educação Cidadã*, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 16, 2008.
- DÍAZ, Félix, BORDAS, Miguel, GALVÃO, Nelma , MIRANDA Theresinha, organizadores; autores, Elias Souza dos Santos... [et al.]. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**, - Salvador: EDUFBA,2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/170/3/Educacao%20Inclusiva.pdf> Acesso em 03/11/2022
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial- MEC: SEESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.956 , de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm) acesso em 03/11/2022

**Declaração de Salamanca** (1994). Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, Salamanca-Espanha

FIGUEIRA, E. **Caminhando no silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil.** 1.ed. São Paulo: Giz, 2008.

FREITAS, Soraia Napoleão; Uma escola para todos: reflexões sobre a prática educativa. Inclusão. Revista da Educação Especial. Brasília, Ano 2, n. 3, dez/2006

FUNGHETTO. S.S. **Criatividade e educação especial:** Implicações e perspectivas na prática docente com alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Universitas.FACE, vol.2, nº1. 2005.

GIL, Marta. **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ashoka Brasil, 2005.

GLAT, Rosana; BLANCO. Leila de Macedo Varela. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva.** In: \_\_\_\_\_ (org.). *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar.* Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

**MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI. Marina de Andrade. LAKATOS. Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2010.

MATOS, José Antônio Souza. **A escola e o percurso educativo de pessoas com paralisia cerebral:** Um estudo de caso. Salvador, 2011.

**MITTER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais.** Trad.: Windyz Brazão Ferreira Porto Alegre: Artmed, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação. V. 11, n 33, set. Dez. 2006.

PEREIRA, Jaquelline de Andrade; SARAIVA, Joseana Maria. **Trajетória histórico social da população deficiente:** da exclusão à inclusão social. SER Social, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, jan.-jun./2017.

PEREIRA, Márcio. **A história da pessoa com deficiência.** Revista Ciências gerenciais em foco. v. 8, n. 5. Minas Gerais, 2017.

R. Transmutare, e 2012895, **Políticas públicas e inclusão na educação profissional: um estudo sobre a implantação dos NAPNES no IFG**, Curitiba, v. 5, 2020;

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: NORTEANDO O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DA ESCOLA MEIEF AFONSO MANOEL DA SILVA, São Bento-PB, 2022**

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 7ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, O. M. da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Cedas, 1987.

SILVA, Aline Maira. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Intersaberes**: Curitiba, 2010.

SILVA, Mônica Telli Moreno. **As políticas públicas de educação inclusiva no Brasil (1996-2006)**, disponível em: [https://www.getulio.idealize.com.br/wp-content/files\\_mf/656512d3026db87c9141b0863e21757a139\\_1.pdf](https://www.getulio.idealize.com.br/wp-content/files_mf/656512d3026db87c9141b0863e21757a139_1.pdf) acesso em: 23/10/2022

SOUZA, S. E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar**. In: **I ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, XIII SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM: “INFANCIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS”**. Maringá, PR, 2007.

STAINBACK, S. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999

ZWETSCH, Pamalomid. **Políticas de Educação Inclusiva: Cenas da Implementação a partir da Voz dos Gestores Municipais de Pelotas/ Rs. 2011** 135 f. Tese (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da PUC - RS. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

## APÊNDICE

### 6.1 Apêndice 1 \_ Termo de autorização do gestor da escola em estudo

#### APÊNDICE 1- TERMO DE AUTORIZAÇÃO A DIRETORA DA ESCOLA

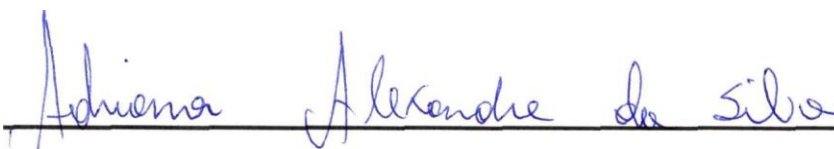
Eu, Marileide Lúcio de Azevedo, aluna do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, ofertado Pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, venho requerer por meio deste, autorização para que possa desenvolver na instituição Afonso Manoel da Silva, uma pesquisa que tem por objetivo analisar as contribuições das políticas públicas educacionais de inclusão implementadas na escola Afonso Manoel da Silva, localizada no município de São Bento, PB, a fim de obter informações necessárias para a conclusão do meu trabalho de Gol Clusão de curso.

Sem mais, agradeço desde já pela colaboração!

Nestes termos, P. Deferimento



Aluna: Marileide Lúcio de Azevedo



Diretora da escola: Adriana Alexandre da Silva



## 6.2 Apêndice 2 \_ Questionário aplicado aos professores

**ARTIGO: Contribuições das políticas públicas educacionais no contexto da inclusão escolar de pessoas com deficiência na unidade de ensino Afonso Manoel da silva – São Bento-PB**

**Aluna responsável pela pesquisa: Marileide Lúcio de Azevedo**  
**Orientador: José Nilton Conserva de Arruda**

O questionário que vos apresento tem por objetivo subsidiar a construção de dados que compõem a minha Monografia de Conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Pública Municipal, ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Peço, por gentileza, que responda as questões abaixo com a maior sinceridade possível. Ressalto desde já, que sua identidade será preservada durante todo o processo de construção e divulgação dos dados.

Grata por sua atenção e colaboração!

### QUESTIONÁRIO

#### 1- Identificação do perfil pessoal/profissional

Gênero: ( ) feminino ( ) Masculino

Idade: \_\_\_\_

Escolaridade: ( ) ensino Médio ( ) ensino superior ( ) especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado

Área de formação Acadêmica: \_\_\_\_\_

Tempo de Docência: \_\_\_\_ anos

Quanto tempo de atuação em docência com alunos com deficiência: \_\_\_\_ anos. Em caso afirmativo, você considera essa formação suficiente para lidar com os desafios no atendimento ao aluno com deficiência? Justifique sua resposta.

#### 2- O que você entende por inclusão escolar?

#### 3- Qual sua opinião sobre a inclusão de alunos com deficiência em salas regulares de ensino?

**4- Você já participou de algum curso específico para trabalhar com a inclusão escolar de alunos com deficiência? Se sim, de que modo ele contribuiu para melhorar sua metodologia em sala de aula?**

**5- Observando a estrutura física da escola em que você trabalha, quais os recursos disponibilizados pela instituição para o atendimento aos alunos com deficiência.**

Rampas ( ) piso antiderrapante ( ) portas adaptadas ( )  
pias e banheiros adaptados ( ) outros (quais?) \_\_\_\_\_

**6- No que se refere aos materiais didático-pedagógico assinale as alternativas que conferem aos recursos ofertados pela instituição.**

Livros em braile ( ) interprete de libras ( ) telas de projeção ( )

teclado adaptado ( ) jogos educativos adaptados ( )

outros quais? \_\_\_\_\_

**7- Dos recursos acima citados, quais deles você costuma utilizar em sala de aula?**

**8- Em sua perspectiva, os recursos mencionados anteriormente tem contribuído com a aprendizagem efetiva dos alunos com deficiência?**

( ) sim não ( )

Comente: \_\_\_\_\_

**9- Mediante suas experiencias vivenciadas no dia- -dia de sala de aula, como você define a relação entre alunos com deficiência e os demais sujeitos da escola?**

( ) harmoniosa ( ) de rejeição ( ) interativa

**10- Das dificuldades abaixo citadas, quais delas você costuma enfrentar para se trabalhar com alunos com deficiência?**

( ) infraestrutura inadequada ( ) falta de capacitação profissional

material didático pedagógico insuficiente     falta de tempo para se capacitar      
 outras

**11 – Como você, enquanto educador, avalia o rendimento escolar de seus alunos com deficiência?**

Baixo                       Razoável                       Proveitoso

### 6.3 Apêndice 3 – Foto da Escola em estudo

#### Faixa da Escola com rampa de acesso



Fonte: Dados coletados pela autora

### 6.4 Apêndice 4 – Materiais didáticos-pedagógicos

#### Jogos Educativos



Fonte: Dados coletados pela autora



Fonte: Dados coletados pela autora

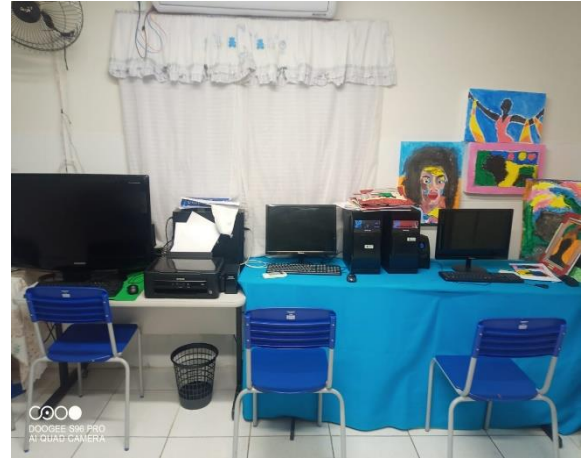
## 6.5 Apêndice 5- Sala de AEE

### Materiais Didáticos-Pedagógicos



Fonte: Dados coletados pela autora

### Recursos Multifuncionais



Fonte: Dados coletados pela autora